

número 22 | volume 11 | julho - dezembro 2017

DOI:10.11606/issn.1982-677X.rum.2017.134371

RuM<sup>o</sup>Res

## **Privilégios, vigilância e planejamento: a luta pelos sentidos na ação da censura**

## **Privileges, surveillance and planning: the fight for meaning in censorship actions**

*Ivan Paganotti<sup>1</sup>*

---

1 Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, realizou doutorado-sanduiche sobre regulação midiática no Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, com bolsa Capes-PDSE. Professor dos cursos de pós-graduação lato sensu do Digicorp/ECA-USP e da Universidade Anhembi-Morumbi, é membro do Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas (Midiato/ECA-USP). [ivanpaganotti@gmail.com](mailto:ivanpaganotti@gmail.com).

**Resumo**

Resenha do livro DARNTON, Robert. *Censores em ação*: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

**Palavras-chave**

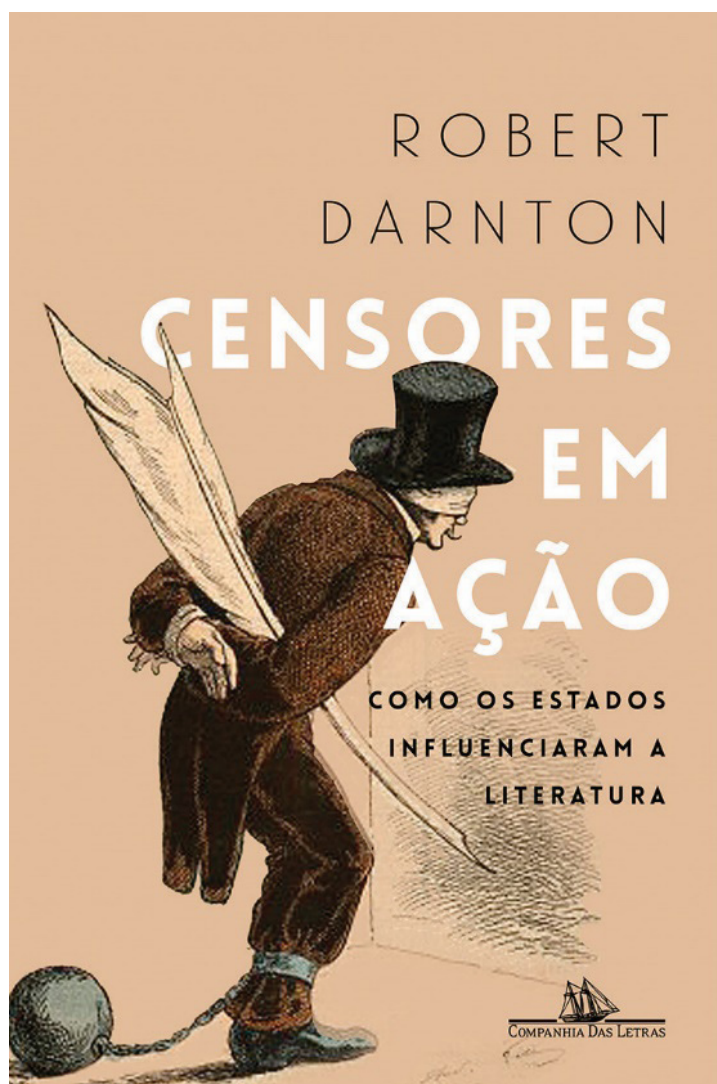
Censura, literatura, história, política, ficção.

**Abstract**

Review on the book DARNTON, Robert. *Censores em ação*: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

**Keywords**

Censorship, literature, history, politics, fiction.



Capa do livro *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016

Em 1975, o escritor alemão Gerhard Dahne publicou um livro que trazia à luz algo inegável além da Cortina de Ferro, mas ignorado por seus compatriotas: um trecho de sua obra indicava a existência de censura na República Democrática Alemã (RDA). Essa revelação problemática acabou atraindo a atenção do Partido Comunista da Alemanha Oriental por colidir com o que o historiador norte-americano Robert Darnton classifica como um “tema sensível, porque censura era algo que diziam não existir na RDA”, inclusive porque encontrava-se “proibida pela Constituição, que garantia a liberdade de expressão” (DARNTON, 2016,

p. 172). O caso era particularmente incômodo porque Dahne, o autor da denúncia, era ele mesmo um censor, dirigente da sessão de Belas Letras da Administração Central da Publicação e do Comércio de Livros da Alemanha Oriental – órgão estatal responsável pela censura na Alemanha comunista. A solução encontrada, tão evidente quanto contraditória, era censurar o autor (um censor) e sua obra (que denunciava a censura que se pretendia negar).

Esse episódio é exemplar para a análise do livro *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*, pois não só sinaliza a riqueza da composição narrativa de Darnton, que permitiu ao historiador conquistar um público amplo, seduzido por sua capacidade de nos envolver nas histórias que tece – é também um caso representativo tanto dos objetivos de sua obra quanto da sua estrutura e dos seus métodos de estudo.

O censor que foi censurado por revelar a censura apresenta a dificuldade (ou, em certos períodos instáveis, a impossibilidade) em discutir o que seria essa instituição que bloqueia expressões públicas. Esse é o objetivo inicial da obra de Darnton: definir o que seria a censura, evitando maniqueísmos que contrapõem “filhos da luz aos filhos das trevas” (DARNTON, 2016, p. 13). A obra conta histórias de censores e autores literários, em uma relação de esperada oposição, mas com muitos elementos complementares, incluindo momentos de colaboração – ainda que involuntária ou indesejada.

Para fugir desse lugar-comum opositivo, o autor recorre a duas estratégias já adotadas em suas obras anteriores. Por um lado, reconstrói minuciosamente a história da censura em períodos de crise das estruturas de poder a partir da consulta de arquivos que tratam de obras sob vigilância, como já havia realizado em clássicos anteriores como *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária* (DARNTON, 1998). Por outro lado, procura construir uma comparação histórica entre realidades que diferem em seu posicionamento temporal e espacial, mas que com isso podem sinalizar elementos em comum ou em dissonância sobre a forma como esses mecanismos de controle se repetem e variam em pontos distintos, como anteriormente desenvolvido em pesquisas

como *O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989* (DARNTON, 1992), que inclusive já adiantava alguns elementos da sua obra mais recente.

No livro, traduzido no ano passado, cada uma das três partes foca momentos distintos da história de nações diferentes. A primeira parte do livro trata dos mecanismos de barganha entre o Estado e a elite literária para a autorização de privilégios de publicação na França absolutista do final do século XVIII – que já havia sido foco de seu estudo anterior (DARNTON, 1998). A segunda parte foca as contradições entre os ideais liberais e a prática imperialista dos órgãos administrativos e judiciários ingleses na Índia no século XIX ao classificar e controlar obras locais de ficção. A terceira e última parte investiga como a Alemanha Oriental procurava planejar e influenciar a produção da literatura comunista na segunda metade do século XX – momento em que se insere o caso curioso que inicia esta resenha.

O método de pesquisa adotado por Darnton também inclui a contraposição de fontes que muitas vezes se contradizem, em um exercício dialético, além de procurar construir definições teóricas a partir dos casos analisados, colocando em dúvida algumas das concepções prévias de especialistas e do público geral. Assim, compara os registros dos arquivos com entrevistas com os próprios censores, no caso mais recente da Alemanha Oriental, visto que teve acesso aos próprios membros da censura alemã poucos meses depois da queda do Muro de Berlim.

Dessa forma, ele questiona a impressão generalizada da censura como um controle míope, obtuso e anti-intelectual (DARNTON, 2016, p. 276), destacando que muitas vezes ela é exercida pela própria elite ilustrada que pretende subjugar. É o caso dos censores da Alemanha comunista que se identificavam como intelectuais com um papel para promover e proteger seu “país de leitores” (DARNTON, 2016, p. 175), evitando a alcunha deletéria da censura e preferindo, no lugar, uma autodefinição mais branda como supervisores que garantiam a produção de uma literatura que consideravam – dentro de seus planos e limites ideológicos – de qualidade.

### **Uma “censura revestida de protestos que negavam sua existência”**

Obviamente os documentos e declarações que provêm de dentro da censura não podem ser analisados ingenuamente, desconsiderando os interesses e perspectivas que representam. A análise da dominação inglesa da Índia revela particularmente essas contradições, pois os valores liberais trazidos pelos europeus se chocavam violentamente com a prática autoritária de controle colonial que os britânicos eram convocados a exercer. Esse episódio também mostra como o mecanismo da censura é maleável e pode ser adaptado para diferentes necessidades de controle: inicialmente um simples mecanismo de vigilância em tempos de estabilidade, o registro e a classificação das obras literárias produzidas na Índia foram ampliados para identificar elementos passíveis de censura em um segundo momento de maior tensão e revoltas contra a dominação estrangeira. Essa maior necessidade de controle literário ocorreu simultaneamente à expansão do número de leitores que poderia ter acesso às obras, um efeito colateral que evidenciava resultados contraditórios dos objetivos pretensamente ilustrados da empreitada imperialista.

Um caso exemplar dessa transformação – e contradição – é analisado na segunda parte da obra a partir da vida do missionário anglo-irlandês James Long, que catalogou a produção literária indiana na metade do século XIX. Seus valores liberais defendiam a liberdade de imprensa contra a censura não só para o desenvolvimento local como para um melhor controle por parte da metrópole, já que os britânicos poderiam ter “detectado sintomas de agitação suficientes para prevenir” (DARNTON, 2016, p. 104) revoltas como as que contestaram o domínio imperial na década de 1850. Em outras palavras, o agente imperialista que ainda relutaria em agir como um *censor* poderia atuar, em seu lugar, como um *sensor*, identificando (ao invés de silenciar) as oscilações na opinião pública em relação ao poder instituído.

Após sistematizar os primeiros catálogos da produção literária local, Long publicou a tradução inglesa de uma peça indiana que criticava a opressão de fazendeiros britânicos sobre a população local. Apesar de a versão original

bengalesa não ter atraído a atenção das autoridades britânicas, sua tradução evidenciava para a elite ilustrada a insatisfação local com a exploração dos produtores agrícolas, o que abriu espaço para que o editor da peça traduzida fosse alvo de um processo criminal por caluniar os estrangeiros que controlavam o plantio. Durante o julgamento, os promotores procuraram reforçar os valores liberais que eram, na prática, questionados, declarando sua “fidelidade ao princípio da liberdade de imprensa” (DARNTON, 2016, p. 115), admitindo inclusive a possibilidade de crítica presente na sátira social, mas acusando a publicação de difamar e ameaçar a comunidade estrangeira. O processo contra Long não era uma exceção isolada, já que muitos processos semelhantes foram conduzidos posteriormente para controlar as críticas veiculadas por meio da literatura indiana, o que demandava uma disputa simbólica entre acusadores e defensores sobre as análises das histórias e até uma luta sobre o sentido de palavras que nem sempre encontravam tradução direta e simples:

Assim o tribunal se convertia num campo de batalha hermenêutico, cada lado representava sua interpretação do outro e, pelo menos durante alguns momentos, enquanto os mosquetes ficavam guardados nas prateleiras, o imperialismo parecia apenas uma disputa de supremacia simbólica por meio de exegeses textuais (DARNTON, 2016, p. 149).

Darnton aponta que casos como esse evidenciariam uma contradição inerente no controle inglês sobre a Índia, visto que os elevados ideais liberais iluministas não se submetiam sem tensão ao controle da prática imperial cotidiana. Entretanto, é possível identificar também uma contradição interna desses próprios princípios da ilustração: o saber dos especialistas britânicos nem sempre conseguia dominar os conhecimentos sutis e contraditórios que se encerravam nos idiomas locais que resistiam à tradução – da mesma forma como resistiam à dominação imperialista. Afinal, essa luta pelo sentido das palavras é uma disputa não só por poder, mas também pelo domínio de um saber.

Ao final de um processo bastante contraditório, Long foi condenado à prisão e ao pagamento de uma multa. Nas palavras de Darnton (2016, p. 116), foi um caso

dramático de “censura revestida de protestos que negavam sua existência”. Assim como entre os comunistas alemães, um século depois, era incômodo para os liberais britânicos do século XIX assumirem-se como autoritários imperialistas, negando seus valores liberais e impondo restrições na Índia que não seriam possíveis na metrópole.

### **Fronteiras porosas: sentidos da censura na literatura, entre edição e crítica**

Com isso, é possível retomar o objetivo inicial de Darnton, que procura com sua nova obra refletir sobre os sentidos da própria censura, a partir de sua atuação e justificativa. Darnton (2016, p. 12) nega a existência de um “modelo geral” único da censura, mas pretende identificar características para evitar que o sentido do termo seja demasiadamente amplo, incluindo qualquer mecanismo de controle – o que pode, para o autor, esvaziar suas especificidades, pois “uma definição ampla da censura pode abranger quase tudo”, dado que “[i]dentificar a censura com coerções de todo tipo é trivializá-la”.

Após a análise dos casos históricos nas três partes do livro, a conclusão do autor permite, finalmente, apontar alguns elementos necessários para sua definição sobre o que seria a censura, evitando essa banalização do termo. Em primeiro lugar, ele procura apontar a especificidade da sua inclusão no aparato do poder coercitivo estatal – “ou outras autoridades constituídas, como organizações religiosas, em certos casos” (DARNTON, 2016, p. 281) – contrapondo-a às influências ou constrangimentos determinados por outros agentes de influência limitada (mas não desprezível), como o mercado:

Ela é infligida pelo Estado, que detém o monopólio do poder. Se uma editora rejeita um original, posso tentar vendê-lo a outra. Posso não conseguir e me sentir oprimido pelo mero peso do capitalismo, mas os Estados autocráticos barram essas alternativas. Não havia como apelar da Bastilha, das prisões sufocantes em Mandalay ou do gulag (DARNTON, 2016, p. 274).

Entre as características definidoras da censura, encontram-se os elementos discutidos anteriormente no decorrer de sua obra, como a “luta em torno do sentido”



das palavras e uma preocupação sobre a “reação do leitor” em contato com as obras perigosas (DARNTON, 2016, p. 275). Dessa forma, a censura age como uma leitura atenta, que procura restringir leituras ameaçadoras. É um papel que muitas vezes “demandava talento e treinamento” (DARNTON, 2016, p. 276), com o apoio de quem domina o saber que se pretende controlar – *nativos* dos campos de conhecimento ou populações locais que dominam idiomas inacessíveis. Com isso, Darnton (2016, p. 277) destaca uma relação quase simbiótica entre censores e censurados, com possibilidade de “colaboração” e “negociação” entre as partes que são culturalmente próximas, ainda que opostas no jogo de controle em disputa.

Essa proximidade é demarcada pela característica eventualmente “positiva” (DARNTON, 2016, p. 276) da censura. Ao conceder os privilégios, na França do século XVIII, “os censores franceses atestavam a excelência dos livros considerados dignos”, uma vez que “as aprovações parecem sinopses promocionais” (DARNTON, 2016, p. 276) e eram publicadas juntamente com as obras de que tratavam não só por obrigatória sujeição à autoridade real, mas também como um atestado de qualidade literária. Censores franceses chegavam a corrigir informações objetivamente incorretas ou até a refazer cálculos, sinalizando “sugestões de aprimoramento” para melhorar o estilo das obras que avaliavam, preocupados particularmente com o decoro apropriado (DARNTON, 2016, p. 44). Da mesma forma, o catálogo sobre publicações indianas expandiu o espaço reservado para comentário de forma a abrigar avaliações cada vez mais ricas (DARNTON, 2016, p. 125): “às vezes se assemelhava às modernas resenhas de livros e, frequentemente, louvava aqueles que eram mantidos sob vigilância” (DARNTON, 2016, p. 276). Analogamente, a censura da Alemanha comunista pretendia “melhorar a qualidade dos textos que checavam [...]. A despeito de sua função ideológica, a reformulação de textos tinha semelhanças com a editoração feita por profissionais em sociedades abertas” (DARNTON, 2016, p. 277).

Entretanto, Darnton não sugere, com esses paralelos, que a censura seria indistinguível de mecanismos correntes de edição, uma vez que justamente pretende evitar a banalização desse conceito por sua excessiva distensão (DARNTON, 2016,

p. 281). Mas o que o autor procura destacar é que a fronteira entre censores e censurados era bastante porosa, ainda mais porque a censura passava a ser internalizada pelos próprios autores receosos, que inadvertidamente adotavam práticas de “autocensura” (DARNTON, 2016, p. 282), um poder tão “invisível” quanto “difuso” (DARNTON, 2016, p. 288).

Ainda assim, seria possível imaginar que o papel dos censores ilustrados seria simplesmente agir como críticos das obras sob avaliação? Apesar dos paralelos identificados por Darnton, não é possível ignorar ingenuamente um corolário da centralidade do poder coercitivo, presente na sua definição da censura: enquanto o crítico destaca elementos artísticos que devem ser dignos de nota (ou que podem ser ignorados), ele não detém o poder de cercear o que despreza, papel próprio do censor. Afinal, vale lembrar que até o termo “crítico” era alvo de censura em determinados períodos, visto que, para uma censora da Alemanha Oriental entrevistada por Darnton em 1990, esse era um “adjetivo tabu: evocava dissidentes, que deviam ficar sepultados no silêncio” (DARNTON, 2016, p. 188). O censor pretendia, com isso, controlar o *monopólio da crítica*, impedindo o público de julgar por seus próprios critérios o que poderia ser visto como adequado – pois o risco de criticar esteticamente o que se encontra nas páginas dos livros poderia, analogamente, levar à crítica política e à demanda por alternativas em panfletos e cartazes nas ruas, nas colunas dos jornais e nas cédulas eleitorais.

## Referências

DARNTON, Robert. O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, p. 5-17, fev. 1992.

\_\_\_\_\_. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Censores em ação*: como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

submetido em: 11 jul. 2017 | aprovado em: 16 ago. 2017